

Currículo oculto e sua identificação nas práticas escolares

Chelsea Maria de Campos Martins
Flávia Oliveira de Assis Lourenço

Como citar: MARTINS, C. M. C.; LOURENÇO, F. O. A. Currículo oculto e sua identificação nas práticas escolares. *In*: BRANDÃO, C. F. *et al* (org.). **Políticas públicas educacionais:** questões e desafios contemporâneos. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020. p. 45-58. DOI: <https://doi.org/10.36311/2020.978-65-5954-015-0.p45-58>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

CURRÍCULO OCULTO E SUA IDENTIFICAÇÃO NAS PRÁTICAS ESCOLARES

*Chelsea Maria de Campos Martins*¹⁶

*Flávia Oliveira de Assis Lourenço*¹⁷

Introdução

Este artigo apresenta análise da questão do currículo oculto presente no currículo prescrito nas práticas escolares conforme a concepção de Apple (2006), publicada no livro “Ideologia e Currículo”. A partir desta análise, dialogar com o Currículo Oficial da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo (SEDUC/SP) - nova sigla da Secretaria, conforme Resolução SE 18, de 02/05/2019 - para ilustrar esta temática.

Avaliamos ser relevante a análise do currículo paulista porque a SEDUC/SP é considerada a maior rede de ensino público do Brasil, com 5,3 mil escolas, 23 mil professores, 59 mil servidores e a demanda de alunos é superior a quatro milhões, conforme informações obtidas no *site* da referida rede de ensino. Nosso principal referencial teórico-metodológico para a revisão de literatura foi a obra de Apple (2006).

Neste sentido, a organização do artigo foi constituída em dois momentos de reflexão: no primeiro apresentamos a questão de currículo

¹⁶ Doutoranda em Educação pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), Marília/SP, Brasil. Docente Centro Universitário Moura Lacerda, Jaboticabal/SP, Brasil. E-mail: chelsea.c.martins@unesp.br

¹⁷ Mestranda da Pós-graduação em Educação – UNESP/Marília. E-mail: flavia.lourenco@unesp.br

sob a ótica de Michael Apple (2006) e no segundo momento descrevemos o currículo prescrito da SEDUC/SP. Nas considerações finais dialogamos com o autor Apple (2006) junto ao currículo prescrito da SEDUC/SP.

O currículo sob a ótica de Michael Apple

A discussão em torno da questão curricular é fundamental ao considerar que a educação acontece em todos os espaços, seja na sociedade de maneira geral, no meio acadêmico, no sistema de ensino e no interior da escola por se constituir uma temática fundamental da política educacional, uma vez que a educação é considerada como mecanismo de poder, sob a qual organiza o funcionamento do sistema de ensino, em especial, o público.

Apple (2006), ao estudar a questão curricular do ponto de vista ideológico, coloca a estrutura do conhecimento e do símbolo nas instituições educacionais como estando relacionada intimamente aos princípios de controle social e cultural de determinada sociedade.

Consideramos, ainda, que este mecanismo de poder acontece por meio de relações conflituosas das tramas e/ou dos enfrentamentos de uma política educacional, uma vez que estas tramas/enfrentamentos submergem da relação de poder e como este poder é reproduzido e discutido. Apple (2006) afirma que esta discussão envolve um poder desigual, tanto reproduzido na política educacional quanto na sociedade de maneira geral.

Aliás, esta discussão está fortemente relacionada com a sua normatização estatal. Neste sentido, Apple (2006) afirma que a educação, por estar na esfera pública, ou seja, essa educação é regulada pelo Estado que, ao mesmo tempo a controla, portanto, o controle estatal determina

sua contextualização de ideologia e currículo, significando uma análise da questão do poder desigual que é reproduzido na sociedade.

Assim, seguindo o raciocínio do autor, a educação acontece por meio das instituições de ensino que representa um dos maiores mecanismos de poder que se mantém ou é enfrentado. Igualmente, o autor justifica a relação de poder ao afirmar por meio de seus estudos:

Durante mais de três décadas, busquei desvelar as complicadas conexões entre conhecimento, ensino e poder no campo da educação. Tenho sustentado a ideia de que há um conjunto muito real de relações entre quem, de um lado, tem poder econômico, político e cultural na sociedade e, de outro, os modos pelos quais se pensa, organiza e avalia a educação (APPLE, 2006, p. 07).

Apple (2006), de um lado, expõe duas questões fundamentais: “o fato de a educação ser, em geral, parte da esfera pública e regulada pelo Estado” (p. 7), representando um ponto de conflito ao questionar o quanto o Estado está ou não organizado e suficientemente bem estruturado para atender de maneira adequada às necessidades educacionais de uma população que é usuária do sistema de ensino público e outra questão é relacionada ao conflito do conhecimento ensinado e como é o processo de avaliação num determinado sistema de ensino. Para o autor, reforçando as razões pelas quais ideologias e currículo tomaram as formas que tem e os motivos pelos quais enfatizam o poder diferencial e o papel que a educação desempenha em sua legitimação.

De outro lado, Apple (2006) expõe a questão de limites da pesquisa educacional, que está atrelada ao policiamento do conhecimento que é considerado legítimo. Para superar estes limites o autor considera que a necessidade de trespassar, no sentido proposto por Bourdieu (1996), para

a compreensão de novas propostas, ou seja, romper com os *breaks* epistemológicos das tradições anteriores e reagrupadas sob uma nova problemática.

Deste modo, no subtítulo “Realmente’ além da reprodução ideológica” do Prefácio à edição de 25º aniversário (terceira edição), Apple (2006, p. 13) indaga:

[...] é possível fazer algo diferente, que interrompa as políticas e ideologias neoliberais e neoconservadoras, que tenha uma política muito diferente de conhecimento legítimo e seja baseado em um real compromisso de criar escolas intimamente relacionadas a um projeto maior de transformação social? (Apple, 2006, p. 13)

O próprio autor responde à indagação afirmando: “Penso que sim” e cita a interação que teve com Paulo Freire ao apresentar como exemplo, as políticas colocadas em práticas pelo Partido dos Trabalhadores, como o Orçamento Participativo e a Escola Cidadã, realizadas em Porto Alegre, na década de 1980, pois “[...] dão-nos amplas evidências de que uma democracia substancial oferece alternativas reais à versão eviscerada da democracia com que estamos acostumados no neoliberalismo” (APPLE, 2006, p. 14), ou seja, uma proposta de política mais progressista e democrática por meio do ato de compartilhar o poder, representada pela participação coletiva.

Neste sentido, o autor argumenta que precisamos encontrar maneiras de conectar nosso trabalho educacional às comunidades locais de modo mais verdadeiramente democrático e, como exemplo, cita políticas da administração popular de Porto Alegre, elaboradas para mudar de maneira radical tanto as escolas municipais quanto as relações entre as

comunidades, o Estado e a Educação para que de fato aconteça a construção de escolas mais críticas e democráticas.

Currículo oculto

Apple (2006) analisa que a hegemonia é produzida e reproduzida pelo *corpus* formal do conhecimento escolar, assim como pelo ensino oculto, que vem acontecendo e continua a acontecer. Para compreensão da relação entre o currículo, a reprodução cultural e econômica é preciso lidar mais intensamente com o que acontece na manutenção e no controle de formas particulares de ideologia, com a hegemonia.

Assim, Apple (2006) nos lembra da tradição seletiva do conhecimento propagado nas escolas, pois o autor aponta a relação conflituosa que existe na tradição e incorpora a escolha seletiva, que envolve o nível do conhecimento manifestado, porque alguns conhecimentos tornam-se tão significativos e suas práticas também e, assim, são escolhidos como importantes e outros são menosprezados.

Portanto, a tradição seletiva opera para negar a importância do conflito e da disputa ideológica e Apple (2006) faz a seguinte indagação: qual o papel da escola? O que acontece na caixa-preta? O autor responde a estes questionamentos apresentando a seguinte solução: criar os resultados que os teóricos da reprodução econômica ou pode considerar que a chave para desvelar essas questões é o tratamento do conflito no currículo.

O autor defende que é necessário que a escola, de maneira geral, seja neutra e ao mesmo tempo esteja manifestamente isolada dos processos políticos e da argumentação ideológica, que podem apresentar tanto qualidades positivas quanto negativas. Assim, defende que a escola não

fique presa aos caprichos ou modismos, mas também não pode tornar-se insensível às necessidades da comunidade local e social.

Denomina-se currículo oculto, o conjunto de normas e os valores que são implícitos, transmitidos aos alunos pelos professores e não mencionados nos documentos oficiais (planejamento, declarações de metas e objetivos prescritos), mas ensinados nas escolas e sobre o qual este trabalho apresenta reflexões.

O autor aponta que as disciplinas Estudos Sociais e Ciências são matérias que, dentro das escolas, espelham e criam ideologias orientadas a uma perspectiva estática, geram um arquétipo da posição ideológica acerca do conflito com duas hipóteses tácitas: a primeira aborda as questões construtivas e essenciais do conflito e a segunda em relação à natureza do trabalho e o discurso científico, portanto:

O conceito de hegemonia implica que padrões fundamentais na sociedade sejam mantidos por meio de pressupostos ideológicos tácitos regras, melhor dizendo, que não são em geral conscientes, e também por meio do controle econômico e do poder. Essas regras servem para organizar e legitimar a atividade dos muitos indivíduos cuja interação constitui a ordem social (APPLE, 2006, p. 129).

Em relação ao conflito nas comunidades científicas Apple (2006) afirma que a ciência, como é ensinada na escola, contribui para a perspectiva irrealista e conservadora quanto à utilidade do currículo. Sendo que esta comunidade científica dirigida por normas, valores e princípios e que possui história significativa de debate intelectual e interpessoal. Como exemplo cita a competição entre os pesquisadores no caso de Watson pela descoberta do DNA. Por outro lado, o conflito se dá pela introdução de um novo paradigma, ou seja, o conflito é também funcional.

O conhecimento científico do modo como é transmitido nas escolas está desvinculado da estrutura da comunidade científica, também não é oferecida oportunidade à escola para criticá-lo. Em virtude disso, o estudante possui pouca força para questionar as regras básicas sobre situações educacionais, econômicas e políticas. A maior parte das teorias de Estudos Sociais entende a sociedade como sistema de cooperação, ou seja, os conflitos sociais não são essenciais para o sistema de relações de harmonia social.

A escola reforça a visão funcional da sociedade, segundo a qual cada indivíduo contribui para sua preservação, o que ocorre por consenso. Os estudantes são, neste caso, vistos como pessoas que transmitem e recebem valores e não como seus produtores. Assim, os estudantes se deparam constantemente com ênfase tácita num conjunto estável de estruturas e na manutenção da ordem. O autor assinala, também, que é importante considerar as características marcantes da sociedade, que são as mudanças contínuas em seus elementos e na sua forma estrutural – conflito e fluxo.

A importância do conflito consiste em criar e legitimar experiências conscientes, especificamente às voltadas para as questões de classe, étnicas e sexuais, bem como as relacionadas com as infrações de leis e regras. Estes conflitos geram fluxo que desestabilizam as convencionais estruturas estáveis da sociedade. O autor afirma ser relevante considerar estas relações e perceber que estão presentes no currículo oculto. No entanto, não estão prescritas e/ou consideradas no currículo oficial.

Por fim, o autor afirma que as escolas distorcem sistematicamente as funções do conflito social na coletividade e que as manifestações sociais, intelectuais e políticas dessa distorção são multifacetadas. Podem contribuir de maneira significativa para a sustentação ideológica, que serve para orientar os indivíduos em direção a uma sociedade desigual. A função

ideológica é circular, conhecimento e poder se encontram íntima e sutilmente ligados por meio do nosso senso comum e o currículo pode romper com a hegemonia ou manter a ideologia.

O currículo oficial da SEDUC/SP

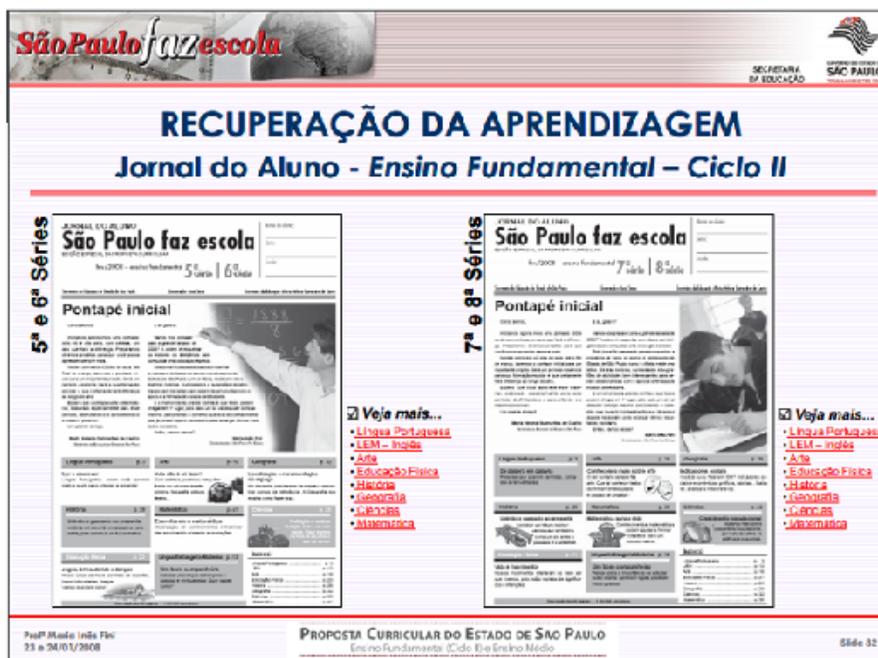
No estado de São Paulo, as reformas curriculares da década de 1980 iniciaram-se com a implantação do ciclo básico em 1983 e das propostas curriculares para o Ensino Fundamental, elaboradas a partir de 1985 e apresentadas à rede pública estadual a partir de 1988.

Em 2008, o “Jornal do aluno” foi apresentado para a rede pública como uma proposta curricular contextualizada na política do Programa “São Paulo faz escola” para a recuperação do rendimento escolar dos alunos do Ensino Fundamental (ciclo II) e Ensino Médio para ajustes para o ano seguinte, em 2009 ser implantado em toda rede para os níveis do Ensino Fundamental (anos finais) e Ensino Médio.

Assim, iniciou o processo de controle das prescrições curriculares, por meio da apresentação para a rede pública estadual paulista do primeiro “Jornal do Aluno”, como parte de várias ações propostas no Programa “São Paulo faz escola” contextualizada essa reforma curricular junto ao Programa de Qualidade na Escola, conforme fundamentação legal - Resolução SE nº 76, de 07 de novembro de 2008, que dispõe sobre a implementação da Proposta Curricular do Estado de São Paulo para o Ensino Fundamental e para o Ensino Médio, nas escolas de sistema de ensino.

Para ilustrar apresentamos na figura a seguir imagem da divulgação do jornal do aluno:

FIGURA 2 - Divulgação Jornal do Aluno



Fonte: http://www.rededosaber.sp.gov.br/portais/Portais/18/arquivos/Apres_PropCurricular_SupDiretores_230108_COGSPCEI_Completa2.pdf. Acesso em: 19 jul.2020.

Inicialmente este jornal apresentou a seguinte finalidade: oferecer as atividades curriculares de recuperação para os alunos do Ensino Fundamental (Ciclo II) - atualmente, a nomenclatura do Ensino Fundamental Anos Finais, referindo-se às turmas de 6º ao 9º ano, conforme Resolução CNE/CEB N° 3, de 3 de agosto de 2005 - e Ensino

Médio, enquanto uma proposta de currículo prescrito, coordenada pela professora doutora Maria Inês Fini¹⁸.

No início foi chamada de Proposta Curricular do Estado de São Paulo e pretendia apoiar o trabalho realizado nas escolas estaduais e contribuir para a melhoria da qualidade das aprendizagens de seus alunos e depois a rede pública estadual paulista definiu como o Currículo Oficial do Estado de São Paulo.

A SEDUC/SP considera que este currículo tem como princípios centrais: a escola que aprende; o currículo como espaço de cultura; as competências como eixo de aprendizagem; prioridade das competências de leitura e de escrita; articulação das competências para aprender e contextualização no mundo do trabalho (SÃO PAULO, 2009).

A Proposta Curricular apresenta, em linhas gerais, a concepção do currículo da SEDUC/SP bem como contempla o currículo específico para cada disciplina. Acompanha o Caderno do Professor e o do Aluno, em que propõe atividades docentes para todas as aulas, em todas as séries e disciplinas, sendo complementada com o conjunto de documentos dirigidos aos professores.

Os Cadernos do Professor e o do aluno, que tem por função orientar o trabalho do professor no ensino dos conteúdos disciplinares específicos, bem como de sugestões de métodos e estratégias de trabalho nas aulas, experimentações, projetos coletivos, atividades extraclasse e estudos interdisciplinares.

¹⁸ Doutora em Ciências - Educação, Pedagoga, professora e pesquisadora em Psicologia da Educação, Psicologia do Desenvolvimento, Social e do Trabalho, especialista em Currículo e Avaliação, com experiência em Gestão Educacional na Educação Básica e Superior.

Para o diretor de escola, a SEDUC/SP oferece o Caderno do Gestor. Este material apresenta sugestões de organização do trabalho deste especialista responsável pela gestão do currículo na escola, portanto a SEDUC/SP oferece um currículo prescrito para ser aplicado no Ensino Fundamental anos finais e Ensino Médio bem como orientações para o diretor de escola conduzir a implementação deste currículo. Para Apple “[...] o ensino de normas relacionadas ao trabalho [...], as normas e os valores que são implicitamente, mas eficazmente, ensinados nas escolas e sobre os quais o professor em geral não fala nas declarações de metas e objetivos” (APPLE, 2006, p. 127).

Assim, Apple (2006) apresenta como o currículo oculto está presente e é legitimado nas instituições escolares, como tratamento dos desafios/conflitos do currículo escolar no cotidiano escolar.

Cabe refletir a questão deste currículo prescrito à luz do artigo 3º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN/96 (Lei Federal nº 9394/1996) - em que apresenta XIII princípios para o ensino ser ministrado, dos quais destacamos:

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;

IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância. (BRASIL, 2019)

Considerando esses princípios de ensino, normatizados pela LDBEN/96 e que garantem liberdade ao docente para o processo de ensino e aprendizagem, num contexto de pluralismos de ideias e de concepções pedagógicas, consequentemente garantem ao professor autonomia pedagógica para este processo de ensino e aprendizagem.

Este Currículo Oficial ficou em vigor pelo período de 2008 a 2018, ou seja, uma década com a mesma proposta curricular desenvolvida pedagogicamente por esta rede de ensino. A partir de 2019, a SEDUC/SP anunciou que o sistema de ensino não utilizará mais Currículo Oficial que estava em vigor, mas foi enviado para a toda rede, a partir do dia 26/02/2019 o *link* do “Guia de Transição Curricular”.

O Guia de Transição Curricular foi comentado em videoconferência de preparação para o Planejamento de 2019 aos diretores de escola, ao núcleo pedagógico e aos supervisores de ensino, no dia 22/02/2019, por meio de videoconferência para rede estadual paulista. Após esta etapa inicial, aconteceram discussões com os profissionais da rede, antes dos encaminhamentos da versão final para o Conselho Estadual de Educação.

Ainda, para acompanhar este processo de alteração curricular foram disponibilizados pela Coordenadoria de Gestão da Educação Básica (CGEB), durante o ano letivo de 2019 a “Revista SARESP 2018” e Cadernos do Professor da Avaliação da Aprendizagem em Processo (AAP), entre outros materiais que abordam o desenvolvimento das habilidades.

Por fim, esta alteração do Currículo Oficial iniciada pelo “Guia de Transição Curricular”, nos lembra do conflito nas comunidades científicas (Apple, 2006) em que prevalece um ideal curricular de determinado grupo de pensadores/pesquisadores e esquecendo-se de propor um currículo que atendesse às necessidades reais da comunidade escolar.

Considerações Finais

A proposta deste texto foi discutir as implicações curriculares sob a ótica de Apple (2006), conforme suas concepções publicadas no livro “Ideologia e Currículo”, em que possibilitou relacionar o currículo no conflito de poder da esfera pública do Estado e suas implicações do currículo oculto.

O autor esclarece sua preocupação com a análise das escolas enquanto instituições sociais de preservação e distribuição cultural, enquanto produção e reprodução de consciências que permitem a manutenção do controle social de grupos dominantes que recorrem a mecanismos de dominação. Essa questão indica para a necessidade de um exame da relação entre a dominação econômica e a dominação cultural.

Ao descrever o Currículo Oficial da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo (SEDUC/SP) para ilustrar esta temática identificamos a necessidade de as políticas curriculares compreenderem as modificações da sociedade atual e a urgência de mudanças na organização estrutural do sistema de ensino bem como das escolas.

Mesmo a SEDUC/SP realizando reuniões com toda a rede de ensino público para discutir o currículo atual, se faz necessário ampliar o diálogo com as devolutivas das reuniões iniciadas em relação ao currículo atual para os encaminhamentos de aprovação pelo Conselho Estadual de Educação. Lembrando, como estabelece a LDBEN/96, a autonomia da escola para a construção da sua Proposta Pedagógica e, assim, atendendo às reais necessidades da comunidade escolar.

Referências

APPLE, M. Prefácio à edição de 25º aniversário. Ideologia e produção cultural e econômica. O currículo oculto e a natureza do conflito *In: Ideologia e Currículo*. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2006, p. 7-17; 61-80; 125-150.

BOURDIEU, P. *The State Nobility*. Stanford: Stanford University Press, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n. 9.394/96. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 02 jul. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação Câmara de Educação Básica/ Conselho Educação Básica. **RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 3**, de 3 de agosto de 2005. Define normas nacionais para a ampliação do Ensino Fundamental para nove anos de duração.

Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb003_05.pdf. Acesso em: 12 jul. 07 2020.

FINI, M. I. (coordenação geral). **Proposta do Estado de São Paulo**. Secretaria da Educação. São Paulo: SEE, 2009.

SÃO PAULO. **Resolução SE nº 76**, de 07 de novembro de 2008. Dispõe sobre a implementação da Proposta Curricular do Estado de São Paulo para o Ensino Fundamental e para o Ensino Médio, nas escolas da rede estadual. Disponível em:

<http://www.educacao.sp.gov.br/lise/sislegis/detresol.asp?strAto=200811070076>. Acesso em: 25 fev. 2019.

SÃO PAULO. **Resolução SE 18**, de 02/05/2019. Dispõe sobre o siglário a ser utilizado, no âmbito da Secretaria de Estado da Educação, pelas unidades que compõem a sua nova estrutura organizacional, e dá providências correlatas. Disponível em:

<http://www.educacao.sp.gov.br/lise/sislegis/detresol.asp?strAto=201905020018>. Acesso em: 21 jul. 2020.